

## ATA DA DÉCIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Ata da Décima Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao quarto dia do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 14h28 horas, dá-se o início à Décima Audiência Pública, do Primeiro Exercício da Décima Sétima Legislatura, sob a Presidência do Ver. José Izaqueu Rangel que, em nome de Deus e da Pátria, declara aberta a sessão e anuncia: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a discussão sobre o Projeto de Lei nº 067/2017, de autoria do Executivo Municipal, que estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2018 a 2021 e define as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2018, [PPA 2018 a 2021], conforme o artigo 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.” O presidente forma uma comissão com os vereadores: Rogério Gomes do Nascimento, José Carlos de Souza Nascimento, Carlos José da Silva e Ver<sup>a</sup>. Neusa dos Santos Oliveira para recepcionarem o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana e o Diretor de Receita, Sr. Ademilson Souza Freire. O Senhor Presidente passa a palavra ao secretário municipal para as suas considerações iniciais. **Com a palavra o Secretário Itamar Correia Viana:** “Boa tarde, presidente Izaqueu Rangel, boa tarde, Vereadores: Neusa do Fadul, Rogério da Van, Vereador Carlão, Vereador Zé Pirueiro, amigos da imprensa, Braz, aqui presente, boa tarde companheiro de trabalho, Ademilson, a equipe da Câmara e a todos presentes. Sinto-me em casa aqui, como brinquei com o vereador Zé Pirueiro, realmente bem à vontade, inclusive. Quando se fala a respeito do PPA (Planejamento Plurianual), quer dizer que é o instrumento que faz o planejamento do município para os próximos quatro anos. Qual a importância desse planejamento? É o direcionamento que o Poder Executivo pretende e terá nos próximos quatro anos. Iniciando o governo, já está tudo planejado e organizado pelo governo anterior. Isso faz sentido, porque não há como entrar no governo e planejar o próprio ano de execução, fica muito difícil. Esse planejamento visa nortear qual caminho que a gente pretende percorrer nesse período. O que eu gostaria de destacar na preparação do Plano Anual de 2018 a 2021 é que ele foi realizado com pleno debate juntamente com a sociedade por meio de plenárias deliberativas, com a presença do Prefeito, do Secretariado e com a população. Esses debates com a população foram feitos em oito locais aqui da cidade, e foram para discutir o futuro do município. Neles foram escolhidas as prioridades de cada região, porque a região central tem uma demanda, Miguel Badra, a região norte tem outra demanda, assim como a região do Palmeiras. Então, estamos falando de regiões com diferentes realidades. Nunca falamos muito de leste ou oeste em Suzano, porque fica entre a Companhia Suzano e Poá, e é um trecho muito curto, sendo o norte e o sul um pouco maior. Venho falando

que um planejamento a longo prazo é o fato de você ter um plano de governo, que o prefeito, à época candidato, apresentou para a sociedade; você tem as demandas da sociedade, que são bastante, e você tem de analisar a capacidade financeira de execução, porque muitas vezes você não tem como fazer um planejamento que gostaria e tem o que é possível de ser feito. Nessas plenárias, tivemos muitas demandas, porém temos que conciliar o plano de governo, ou seja, o que foi registrado em cartório e a capacidade financeira do município. Esses três itens são muito importantes. Está inserido aqui, que o novo plano plurianual pretende reduzir o desequilíbrio social, por meio de políticas públicas que atendam às necessidades da população carente, assegurando o acesso a bens e serviços públicos; conciliar o desenvolvimento econômico, com essa redução de desequilíbrios sociais e também é importante destacar a modernização da máquina pública, dando agilidade aos trabalhos dentro do município, reduzindo custos, desburocratizando procedimentos, ou seja, melhorando a eficiência pública, e isso é uma forma de entregar maior qualidade de serviços aos munícipes. Para que esses objetivos sejam alcançados é importante a implantação do PPA, o qual foi o participativo. E houve algumas orientações a serem feitas, sendo inicialmente a capacidade que o município tem de realizá-lo nos próximos quatro anos. Num dos debates que fiz aqui anteriormente, quando falamos em projeções e quando iniciamos esse PPA, a orientação do Governo Federal é que, no ano que vem, o Brasil iria crescer 2,5% (dois e meio por cento), e isso é posto na questão das contas públicas e que a inflação seria de 4,5% (quatro e meio por cento), esses são índices que o Tesouro Nacional passa para o município, para que este entenda, do ponto de vista macro econômico, o quanto iríamos crescer. Então, tínhamos entre o crescimento do PIB 2,5% e o crescimento da inflação 4,5%, estamos falando de 7% de crescimento, porém a inflação projetada para o ano que vem já está diminuindo, e o PIB para o ano que vem também está diminuindo, o que deixa a projeção meio nebulosa, mas, pessoalmente, acredito que teremos um crescimento positivo do PIB, porque a comparação é muito ruim. São vários parâmetros 2018, 2019, 2020 e 2021 entre crescimento do PIB e inflação. O PPA proposto é esse planejamento de intenções do que acontecerá nesses quatro anos. Porém esses índices são importantes, porque se o Brasil tem um crescimento maior, este crescimento reflete na economia municipal, logo, consigo ter um crescimento orçamentário e este orçamento retorna para a cidade. Esses são alguns parâmetros de economia. E o interessante que está dentro do projeto de lei apresentado à Câmara, foram as diretrizes que estão no PPA participativo. O atual governo busca fazer realmente essa discussão. Essa discussão de você fazer um PPA participativo, chegou a minha equipe de orçamento, e poderia fazer um PPA de gabinete e protocolarmente seguir os ritos conforme solicitados, foram feitos trabalhos em várias escolas, e em cada sala com câmaras diferentes, com as demandas diversas. Porém, quando se pega um município com uma defasagem muito grande de necessidades, chega o momento em que essas necessidades são as mesmas, com um diferencial ou outro por causa das áreas. Quais foram essas diretrizes do PPA? Implantar na

cidade de Suzano o conceito de Cidade Inteligente; o fortalecimento de políticas públicas de inclusão social; o desenvolvimento de ações complementares à educação de qualidade; preservação do patrimônio histórico e cultural; atenção à saúde mental e prevenção de doenças; a proteção à criança e adolescentes e grupos vulneráveis em situação de risco e com necessidades especiais; desenvolvimento habitacional; rondas intensivas e monitoramento por câmeras; equipamentos esportivos; tratamento de esgotos; implantação de equipamentos de lazer com academia ao ar livre; ações de educação ambiental; qualificação social e profissional do trabalhador; atenção às estradas rurais sem pavimentação; melhoria na qualidade do asfalto da cidade; ações preventivas de enchentes e alagamentos; fiscalização intensiva na construção, limpeza e segurança de calçadas e passeios públicos; iluminação pública eficiente para a segurança na cidade; infraestrutura e revitalização dos bairros; melhoria e adequações do sistema viário; disposição de mais médicos nas unidades de atendimento de Saúde; mais medicamentos; fortalecimento dos CRAS, CREAS e a criação do programa municipal de Parceria Público-Privada. Essas diretrizes emanaram dessas plenárias e ajudou-nos a orientarmos. Como informação, cada item do PPA tem uma meta, e esta é registrada no Tribunal de Contas, e dentro desse período, qual é a meta dos projetos? Na verdade, o PPA compõe os projetos de todas as Secretarias e cada um é protocolado e a sua execução é acompanhada. Hoje me sinto muito à vontade em apresentar este projeto para vocês, pois ele não foi feito pela Secretaria de Planejamento e Finanças. Ele foi feito pelo município de Suzano, essa é a diferença. Nas plenárias houve o envolvimento de todos os secretários das pastas, envolvimento do prefeito, que acompanhou par e passo cada um dos itens, e a Secretaria de Planejamento e Finanças fez o protocolo para a execução do projeto, por isso tenho a felicidade de dizer que este é um projeto feito por várias mãos. Os vereadores e o presidente receberam uma cópia do projeto, que é bem extenso, então se algum de vocês tiver alguma pergunta ou alguma solicitação a ser feita estou à disposição.” O Senhor Presidente passa a palavra aos senhores vereadores. **Com a palavra o vereador Carlos José da Silva - Carlão da Limpeza(PSDB):** “Boa tarde, Secretário. Gostaria de cumprimentar o presidente, o Secretário e sua equipe, a imprensa e o público presente. Secretário, atualmente, temos um problema sério em Suzano, que é a questão do entulho, do lixo. Isso vem castigando nossa cidade, trazendo prejuízos aos munícipes e para a população em geral, e de minha parte, se aconteceu eu não cheguei a ver nenhuma ação preventiva da parte do Executivo nem da parte dessa Secretaria para sanar os problemas dessa questão. Temos também o entulho clandestino, que é aquele que vem de fora e é jogado em nossa cidade pelos carroceiros, em que o camarada dá dez contos e ele joga o lixo no terreno do outro. Quero saber do senhor, Secretário, se existe algum planejamento de verbas para o ano que vem, para melhorar a qualidade de vida dos munícipes desta cidade. Existe algum valor destinado para resolver essa situação?” **RESPOSTA do Secretário Itamar:** “Obrigado, Vereador Carlão. Na verdade, conforme já havia dito, que o PPA é um planejamento plurianual, sendo a visão

do município para os próximos quatro anos, o item que o senhor expôs está sendo amplamente discutido, que é a questão da lei de resíduos sólidos, de maneira que você interfere na questão de resíduos na cidade, desde caçambas que você tem essa dificuldade, mas está sendo discutida. Vou elevar em nível até da questão do CONDEMAT (Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê), que tem a discussão de que há a possibilidade de um dos municípios fazer o tratamento dos resíduos sólidos. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente está fazendo o trabalho de verificação quais são as empresas. Você tem os locais que hoje, praticamente o descarte é natural de resíduos. Você pega na Estrada do Pedreira, na Estrada do Furuyama, que são locais que têm grande problema com isso, você pega na parte de baixo do Bairro do Revista também o descarte é quase natural, isso tudo está sendo mapeado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Tenho o prazer de comentar contigo que a Secretaria de Meio Ambiente sempre foi uma Secretaria que só existia, porém não atuava, mas dentro deste PPA ela teve um acréscimo considerável no seu planejamento como um todo, visando eco pontos, visando uma estrutura melhor para a cidade. Isso já está previsto no Planejamento Plurianual, contemplando isso. Ou seja, o orçamento cresceu consideravelmente pensando no bem estar da cidade na questão de ter a parte de reciclagem, que é muito importante, os eco pontos e aplicação da lei de resíduos sólidos e a implementação disso. Todo o contexto dessa questão já está previsto no Planejamento Plurianual.” **Com a palavra o vereador Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Boa tarde presidente, boa tarde Secretário Itamar, é um prazer recebê-lo aqui novamente. Na verdade, eu acho que seria até um desrespeito eu perguntar diretamente para o senhor. Eu entendo que o Plano Plurianual, assim como foi divulgado recentemente, é um Plano participativo. Para isso, nossa Prefeitura investiu na realização de plenárias deliberativas para ouvir a população e falar aquilo que chamaram de “envolver a participação popular”, gastamos dinheiro com isso, inclusive. Primeiramente, gostaria de observar que estamos fazendo o cumprimento dessa Audiência Pública, que é legal, afinal esse tipo de projeto demanda uma Audiência Pública, mas não temos aqui figuras importantes, que participaram da formatação desse projeto, como a Secretaria de Governo. Há alguém da Secretaria de Governo, quem é? Ótimo! Acho que talvez eles possam responder às perguntas que vou fazer agora. Sabemos, pois é público e notório é um problema histórico nesse município, que temos as parcerias das contrapartidas que não vêm sendo cumpridas, principalmente, nas questões ambientais, como o próprio Carlão apontou. Uma dessas parcerias, que eu puxo para meu lado, que envolvia a questão dos animais, quando a SPMar entrou no nosso município deveria ter investido 5 milhões de reais para fazer a reforma do Centro de Zoonoses e não fez. O governo Tokuzumi se comprometeu em fazer uma nova reforma, também não fez, e agora temos uma reforma sendo feita, mas ela não atenderá uma série de legislações federais, estaduais, leis municipais que temos, que foram criadas, e foi pensando nisso, principalmente na importância da participação popular, que este vereador

solicitou à Prefeitura, no início do ano, a realização de uma plenária exclusiva para debater as questões da causa animal. Ela foi realizada juntamente com representantes da Secretaria de Governo. Fiz questão de envolver os representantes de entidades e a OAB, por exemplo, que também participaram da última plenária deliberativa e reforçaram a importância que essa questão tem na saúde pública ao longo de quatro anos, o quanto podemos reduzir de custos na Saúde Pública, se cuidarmos bem do problema de zoonose da cidade. Fiz tudo isso, enviei um ofício para a Secretaria de Governo, no dia vinte de um de julho, reforçando a importância dos projetos. A gente sabe, se o senhor não souber, o prefeito sabe que o Ministério Público já entrou com uma ação desde a época do governo Tokuzumi, cobrando melhorias dessas áreas, e até o momento a justificativa que temos é que não temos leis para isso. E o que me espantou foi ler nosso Plano Plurianual por completo e saber que a participação popular das entidades, dos protetores de animais, da OAB, que foi manifestada por meio de ofício nas plenárias deliberativas, foi completamente ignorada nesse documento. A gente não fala em nenhum momento de causa animal, a gente fala de educação ambiental; como o Carlão disse, não se fala dos lixões. Observei a questão orçamentária, como foi dividido todo esse custo, e constatei que não tem R\$ 1,00 (um real) dedicado a sustentar esse projeto que é importante, que tem cobrança do Ministério Público, que descumpra Leis Federais e Estaduais. Como eu falei, Secretário, não sei se é você quem responde isso ou é a Secretaria de Governo que é quem esteve mais próximo dessas plenárias deliberativas e que participaram mais incisivamente com as questões que a população pediu e que no documento, pelo menos, foi ignorada. Obrigado.” **RESPOSTA:** “Vereador Lisandro, eu havia comentado aqui e vou voltar um pouco na questão das plenárias, elas foram feitas e coordenadas pela Secretaria de Governo. Esta Secretaria fez a organização e separação de todos os itens e nos trouxe isso. Os membros da Secretaria de Governo estão presentes aqui participando. Eu estou aqui pró-forma, porque o PPA é um planejamento plurianual que tem a questão financeira e planejamento, quem responde é a Secretaria de Planejamento e Finanças, não seria a Secretaria de Governo. Comentei que o PPA foi elaborado por várias mãos e as demandas são equalizadas com três conceitos básicos: o primeiro conceito é o plano de governo do prefeito, que quando ele era candidato apresentou seu projeto à sociedade, e tudo foi registrado. O segundo item é o que essas plenárias nos trouxeram, ou seja, a demanda da sociedade. E o terceiro item, que é muito importante também e compõe esse tripé que sustenta as intenções do governo, é o querer da população e qual a capacidade financeira do governo para a realização. Lógico, a demanda é sempre muito maior do que a capacidade financeira de realização, então temos que equalizar isso. Vereador Lisandro, a sua questão não é um item específico, mas está dentro da LOA. Esse aqui é o PPA, que pensa para os próximos quatro anos, e muitas vezes você não tem um projeto específico. Por exemplo, isso aqui é dividido por projetos. A minha Secretaria tem um projeto. Cada Secretaria tem, aproximadamente, um, dois projetos: Suzano Mais Saúde, Suzano Mais

Educação. Dentro do projeto Suzano Mais Saúde, vou dar exemplo, há vários outros subprojetos; e dentro dos subprojetos há projetos menores, porque não tem como dar destaque somente àquele item. No caso da minha Secretaria, eu só tenho um que é Qualidade Administrativa e Financeira. Aproveitando o item, tenho o Prosuz Saúde, e Todos pela Educação de Qualidade. Este é o projeto do PPA da Secretaria de Educação e dentro dele tem todos os objetivos que ele vai cumprir. Outros exemplos, Cultura que Queremos; Esporte e Lazer Suzanense; Gestão de Assistência Social; Manutenção da Cidade; Suzano em Ordem; Suzano do Amanhã; Programa Moradia e Cidadania; Mais Desenvolvimento à Mudança que Suzano Precisa; Suzano Sustentável. No nosso caso, Administração Planejamento e Finanças, eu sou Secretaria-Meio, então ela é estruturante; Gestão e Manutenção da Câmara, que é onde fazem os repasses, eu tenho que ter o projeto para os quatro anos; Relações Institucionais e Participação Popular; Suzano Mais Mobilidade e Regime Próprio de Previdência Social, que é o Instituto. O PPA é dividido por vários projetos. Então, quando você pega a peça aqui e não refletiu aquela demanda, numa LOA, aquela demanda é uma outra construção que eu pego os subprojetos e vou construindo dentro da LOA esse planejamento, porque eu tenho o PPA para projetos maiores, a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias que é para onde vão os orçamentos e a LOA, Lei Orçamentária anual que é onde eu vou usar o recurso. Então, essa demanda que você está trazendo pode estar refletida dentro da demanda de Causa Animal. Não vou chutar números, lembro-me de que a Secretaria de Meio Ambiente apresentou sim essa rubrica, lembro-me de ter feito o trabalho, e está dentro da LOA. Foi criada essa rubrica, mas não consigo lhe informar, de imediato, qual é o valor.” **PERGUNTA:** “Secretário, agradeço sua resposta, mas é por isso que eu lamento o fato de a gente não ter outros representantes aqui. Sei que o PPA é uma responsabilidade sua, mas no dia a dia, a participação desta Casa com a Prefeitura, a gente acaba nos envolvendo com diversas outras Secretarias. E um problema que enfrentei este ano, o professor Edirlei, no ano passado, fez uma emenda para a castração de animais aqui no Município, e este ano por várias vezes eu cobrei que essa emenda fosse aplicada e, em muitas vezes, foi dito que isso não é prioridade para o Município, ou seja, estava na LOA, mas, ao mesmo tempo, queriam dar outra prioridade. Acho extremamente importante que o PPA esclareça sim esses objetivos de forma mais clara, pelo menos, no que diz respeito à causa animal. Não sou só eu que sofro com isso, mas como mencionei, o Ministério Público de Suzano tem ouvido da Prefeitura, há mais de um ano, que nada avança, porque não temos legislação, não temos orçamentos, não temos prioridade para a causa animal. Na construção do PPA, eu ouvi por diversas vezes, tanto da Secretaria de Saúde como de outras Secretarias, que esse assunto não era debatido dentro do PPA porque não era importante. Ora, talvez ele não seja importante, porque seja de interesse de um segmento que esteja espalhado por toda a cidade, e a gente fez questão de unir esse segmento e mostrar a importância dele, mas, infelizmente, não foi destacado dentro do projeto. Já antecipei isso para a Casa, gostaria de pedir para que a taquígrafa

registrasse que a gente não tem aqui a presença de todas as Secretarias para que possamos debater os projetos, e a importância de incluir esse tema que influencia o meio ambiente, que influencia Saúde, que pode reduzir os custos na saúde pública do município e que, infelizmente, as plenárias que promoviam a participação popular no que diz respeito a esse projeto não foram escutadas, pelos menos não no segmento defendido por este vereador, eu entendo que até a votação deste projeto a gente precisa fazer melhorias até para que os vereadores se sintam seguros de reivindicar seus direitos ao longo dos próximos quatro anos, e não venham a receber as respostas como as que recebi de que não é prioridade para o município, que não está previsto no PPA ou que não há leis específicas para isso, acho que é só uma forma de assegurar isso. Volto a frisar que eu sei que não é você que responderá pelo que aconteceu na participação popular, porque não era você que estava lá participando com a gente. Só eu queria registrar, nesta audiência pública, que entendo que a gente não está conseguindo garantir a participação popular nesse projeto. Obrigado!”

**O Senhor Presidente:** “Quero agradecer a presença do vereador Carlão da Limpeza, do vereador Leandrino, do vereador Lisandro Frederico, vereador Maizena Dunga da Van, vereadora Neusa do Fadul, vereador Professor Edirlei, o professor Toninho Morgado, vereador Rogério da Van, vereador Zé Pirueiro. Secretário, eu gostaria de dizer para o vereador Lisandro e para o público que o PPA está no sistema LEGS e no site da Câmara. Então todos os vereadores e munícipes estão convidados a sessão, que é direito público, para que se sintam à vontade ou que acessem participar da no sistema do LEGS ou no site da Câmara Municipal. Está aberta a palavra aos vereadores.”

**Com a palavra o Ver. Edirlei Junio Reis - Prof. Edirlei(PSD):** “Quero saudar o sempre elegante e nobre presidente desta Casa, Izaqueu Rangel, quero aproveitar para saudar o Itamar e sua equipe, aqueles que participam no plenário e todos os vereadores e a imprensa. A pergunta, nobre Secretário, é justamente oportuna, porque estamos fazendo a avaliação do Plano Municipal de Educação e percebemos que teremos algumas dificuldades relacionadas às metas da Educação, como por exemplo, sanar as vagas do G4 e G5, e, automaticamente, conciliamos com o orçamento e com planejamento de construção de novas escolas, e assim sucessivamente. Isso está relacionado com contratação de professores, funcionários, aumenta a questão da alimentação, assim, a folha também acaba sofrendo uma alteração só que por outro lado haverá a cobrança do Ministério Público em relação a essas metas municipais que têm de ser cumpridas. Não tem conversa, o Ministério Público vai acionar mesmo, essas metas são nacionais e são obrigatórias de serem cumpridas em nosso município, e eu gostaria de saber do Secretário sobre a ciência desse planejamento, porque começamos a analisar faz quinze dias e percebemos que algumas metas, não só nessa cidade, outras cidades também sofrerão com isso, mas como esse município se ajustará com relação a esses quesitos G4, G5, escola em tempo integral e outras demandas da Educação. Como o Secretário e sua equipe estão percebendo essa perspectiva para os próximos anos?”

**RESPOSTA:** “Boa tarde, Vereador

Professor Edirlei. Como Planejamento também acompanhei essa questão. Quando você fala em G4 e G5, como curiosidade, eu estive no Ministério da Educação com o Secretário Executivo, e esse era um dos itens debatidos também, porque quando o governo força uma meta, o município precisa ter condições de realizá-la, porque é óbvio incluir o G4 e G5, pois quando éramos crianças não havia a obrigatoriedade, começávamos com seis anos de idade na escola, porém essa questão foi transferida para a municipalidade. Soubemos que alguns municípios têm os recursos, mas não têm condições físicas para a construção do imóvel, da creche ou da escola e por professores a tempo de atender essa demanda, um exemplo disso é a cidade de Aparecida de Goiânia. Então, só para o vereador ter uma ideia, o Ministério da Educação está estudando a possibilidade de flexibilizar a contratação de vagas nas escolas públicas, estadual e municipal e as escolas particulares para conseguir atender essa demanda, porque até uma questão lógica, quando se fala em um PPA, daqui a três ou quatro anos você vê uma previsibilidade. Temos em Suzano em torno de três mil e oitocentas crianças com essa necessidade. Então, quantas creches precisaríamos aqui no município para atender esse público? Se começarmos a construir agora, talvez ela seja inaugurada daqui a três anos, e por todo esse período não haverá como atendermos essas crianças, então o Governo Federal está estudando fazer um decreto, para que se consiga atender. A discussão é a seguinte, foi imposta uma meta ao município, mas não lhe foi dada condição de fazer. O vereador Carlão fez uma pergunta e usou a palavra “contrapartida”. Muitas vezes, quando vamos ao Governo Federal e pedimos “x” creches, a gente diz: “puxa consegui uma creche”, só que a contrapartida para essa creche é que ela custa oitocentos ou um milhão de reais, por exemplo, e muitas vezes o município não tem esse recurso para dar de contrapartida para receber a verba federal, este é o primeiro problema. Segundo problema, depois de feita a estrutura, você precisa ter RH, tem a mobília, isso é custeio. Como você comentou, a questão da folha da Educação, hoje seria coberta pelo FUNDEB, e este não muda faz vários anos, e o recurso do Tesouro sempre vai para a Educação para cobrir o FUNDEB. Então aquilo que era destinado para o básico já não o cobre mais. O Governo Federal percebeu que há essa diferença entre o que ele está solicitando e qual é a capacidade dos municípios com e sem recurso. Há municípios, inclusive, que estão negando, e eu vi isso, obras para Educação, porque depois de feitas eles terão problemas, lá na frente, com o custeio. Só que esse não é nosso problema. O nosso problema é que você vem com um déficit a longo prazo, você não consegue resolvê-lo em um curto prazo, seis meses ou um ano. É complicado. No nosso governo entrou praticamente 13 conveniadas, remanejamos essas conveniadas e conseguimos diminuir o número para mil e trezentas crianças, só que para atendê-las, sem a previsão orçamentária, isso está entrando como déficit, agora tenho que fechar as contas, foram investidos quase seis milhões de reais. Para você ver que para atender mil e crianças eu vou gastar quase seis milhões de reais, para ter essas três mil crianças atendidas, eu teria que ter mais dezoito milhões de reais para investir. Qual é o

mecanismo que vamos fazer? Vamos contratar mais conveniadas, vamos fazer as escolas, as creches? Isso deve estar no planejamento,mas a curto prazo, realmente, temos uma grande deficiência.” **PERGUNTA:** “Eu gostaria de agradecer pelos esclarecimentos, Secretário, para nós vereadores e para a imprensa tomarmos consciência das dificuldades enfrentadas aqui na cidade com relação aos recursos para a Educação, e gostaria de fazer uma solicitação para o ilustre Secretário, e isso não seria um problema só do Executivo, de nós do Legislativo, é da cidade como um todo, que é para nós ficarmos muito atentos a essa questão exposta pelo senhor, relacionados a vagas que geram custos. Em breve aqui teremos o Plano Diretor também, e nós vereadores estamos muito atentos com a questão do adensamento que querem fazer na malha central e arrabaldes dessa malha. Isso realmente nos preocupa, porque se nós permitirmos algumas tendências viremos a sofrer com o trânsito caótico, que já acontece em algumas ruas da cidade, por exemplo, as Estrada dos Fernandes, ou a superlotação do bairro do Urupês, esse adensamento em nosso município vai gerar impacto de vizinhança, vai gerar impacto ambiental e sabemos que as famílias que virão precisarão de saúde, escola, creche e com isso, automaticamente, teremos um outro problema. Solicito ao senhor e aos outros Secretários que estejam muito atentos a essa questão, porque nós aqui na Câmara já percebemos isso, e da maneira como o plano chega aqui, dependendo do que for orquestrado, teremos que mexer nele, porque sabemos que isso será um problema para a prefeitura, para os vereadores e para todos os munícipes. Essa questão passará pela pasta do senhor, peço que o senhor esteja muito atento à questão do adensamento, que já está sendo executado. Agradecido.” **RESPOSTA:** “Professor Edirlei, gostaria de reportar, que bom que estamos discutindo o Plano Diretor! Depois de dez anos estamos discutindo um Plano Diretor. Oportunidade única que ficará como um legado para vocês, para nós, essa discussão. Fico contente com isso. Ao mesmo tempo, quero dizer que conheço o bairro do Urupês de quando eu ia buscar pés de alface lá, e, hoje, há vários prédios no local. Suzano minou vários prédios sem a preocupação de que as pessoas que virão são seres humanos com necessidades naturais, eles têm filhos, e tudo isso não foi previsto. Porém, atualmente, a Prefeitura, e vou falar em nome do Secretário Elvis, quando as construtoras MRV, Cury vêm para a cidade discutir a implantação de novos prédios, nós incluímos na discussão a compensação social, creches, postos de saúde, feitos pela construtora para o município, porque é muito fácil comprar um terreno, construir, jogar um monte de pessoas lá e deixar a demanda para o município. Isso é perfeito para eles! Foi isso o que aconteceu. O adensamento que o senhor citou ocorre hoje, porque onde eu pegava laranja, indo para a Vila Barros, havia uma chácara cheia de pés de laranja, e, atualmente, cada pé de laranja virou um prédio. Aqui, cada pé de alface virou um prédio. Com esse adensamento ficou complicado organizar a cidade; nós sempre discutimos. O PPA tem essa mensagem, hoje nós temos esta Suzano, mas qual é a cidade que queremos? Toda essa discussão sobre esse assunto é necessária, é crítica, porque se para cada prédio fosse construída uma escola, uma creche,

uma UBS e coisas desse gênero, imagina a estrutura que teríamos hoje? Hoje essa compensação foi esquecida, porém estamos retomando isso e o governo tem sido enfático nesse quesito. Vou dar um exemplo, a construtora Cury se comprometeu em construir uma creche lá no bairro do Quaresmeira, porque construiu prédios na entrada do bairro do Santa Mônica. A rotatória da Roberto Simonsen, lá em cima, da Rua Regina Cabalau Mendonça, outra construtora se comprometeu por causa do impacto no trânsito. Ou seja, eu tenho que trocar essas necessidades e o Plano Diretor nos faz enxergar isso: qual é o impacto que vem pra gente? Então, terá uma compensação social para esse fim. E o governo está com essa linha de trabalho. Quando você não tem recursos financeiros, você tem que trabalhar nessa linha.” **PERGUNTA:** “Só fazendo um adendo Secretário, em relação a essa compensação, em uma reunião que tivemos aqui na Câmara com o Secretário Elvis, ele também comentou a respeito dessa compensação, só que eu e alguns nobres pares percebemos que essa compensação precisa ser bem conversada, porque, como o senhor mesmo disse, a criação de uma creche, por exemplo, gera um custo de duzentos, trezentos mil, só que ela tem de ser custeada, o que gera outro problema. Por exemplo, a Santa Casa, deu a contrapartida da Educação, mas e aquelas duas mil pessoas que boa parte vai ser atendida na Santa Casa? A gente sabe que vai aumentar muito o índice, eu gosto muito do trabalho do Rodrigo, mas a gente sabe que a Santa Casa e o PS precisam de muitas melhorias. A gente tem muito carinho pela cidade e pelos munícipes, nós queremos estar sempre atentos a essas questões para melhorar a nossa cidade. Agradeço os esclarecimentos.” **Com a palavra o Ver. Leandro Alves de Faria – PR (Leandrinho):** “Boa tarde a todos, boa tarde Secretário, membros da administração, ao público presente, aos vereadores e a imprensa. Secretário, mais uma vez a gente está aqui, peço novamente desculpas, os horários estão complicados. Cheguei atrasado, perguntei ao Vereador Lisandro quais foram as perguntas feitas e ainda o que quero saber não foi falado. Quando se fala em criação do programa de PPP (Parcerias Público-Privadas), qual é a intenção da prefeitura, ele será feito por uma ou várias Secretarias, quais delas participarão dessa criação, como será feito e como nós vereadores podemos ajudar?” **RESPOSTA:** “Boa tarde, Vereador Leandrinho. Agradeço pela pergunta, pois são questionamentos que nos fazem discutir Suzano Pra Frente. Voltando até para o professor Edirlei, quando se discute custeio, Vereador, fiquei feliz em escutar essa percepção, porque o prédio é fácil de construir, porém como vamos cuidar dele? Voltamos à questão das parcerias público-privadas. Eu vim da iniciativa privada. Esse é o conceito que trabalho dentro da prefeitura. Quando se fala numa parceria público-privada, o primeiro item que se pensa é na iluminação pública. E o Governo do Estado, por meio do Ilumina SP está fazendo um projeto PPP para esse tipo de prestação de serviço. Esse projeto vem com todas as especificações já preparadas pelo Governo Estadual. Há uma Secretaria de Desenvolvimento fazendo esse PPP, lá eles debatem e mandam para o município também debater a respeito disso. Atualmente, algumas PPPs, que foram iniciadas quando a lei foi aprovada,

estão dando problemas, porque aquela empresa privada que comprou a ideia está vendo que a conta não fecha, então não são mil maravilhas como foi exposto, porque para a iluminação tem-se um valor “x”, é custeio, como já falei aqui. Também há os PPPs para os resíduos sólidos, por exemplo, como o vereador Carlão havia falado. Uma parceria público-privada, a empresa coleta os resíduos do município e devolve-o como areia reciclada, como material reciclado, para usar no Tapa-Buraco ou nas melhorias das ruas e, até mesmo, para venda do material, ajudando o município. Poderíamos fazer uma parceria dessas com a rede de clínicas veterinárias do município, cheguei a comentar isso com o Vereador Lisandro. Quem sabe fazer isso não é o Poder Público, pois ele não domina todo esse “know-how” para tomar essas iniciativas. Se eu não domino, eu passo para aquele que tem mais conhecimento, por meio de discussão. Então poderíamos, por exemplo, ter as clínicas conveniadas, como a participação de uma PPP, mas onde a clínica ganharia? Eu tenho o recurso “X”, vai ser transferido: faz a gestão disso! Então, quando se fala em PPP eu sou da teoria do Estado mínimo. O que é o Estado mínimo? O Estado tem que fazer aquilo que lhe compete. Há algumas atribuições que são impostas ao Município, Estado ou União que não tem competência para isso. Por exemplo, a União não tem que ter um especialista Sênior em petróleo. Quem tem que ter é a Shell, é outra empresa! Ele tem que ter ali alguém e pagar o recurso para quem está extraindo aquilo. Vejo o município da mesma forma, vejo que as PPPs ajudam na administração pública, porque elas desincham a estrutura do Governo, porque você vai contratando, contratando; eu vou fazer um projeto de iluminação, tenho que contratar um engenheiro especialista em iluminação, mais um técnico e por dentro da folha. Passado um tempo, vê-se que não é tão necessário, porém você mantém a pessoa dentro da estrutura do governo. Essa discussão é extremamente válida. Há várias possibilidades dentro do município, por exemplo, a reciclagem do lixo: lixo não é lixo, é uma reciclagem. Por meio de uma PPP você poderia reduzir o custo do lixo do município que nós pagamos, porque quem receber o material poderia fazer um tratamento e receber por aquilo mesmo e ajudar a gente a diminuir a nossa conta. Vejo as PPPs como um norte para a Administração Pública, seja municipal, estadual ou federal. Ela é um norte. Então, as discussões, neste sentido, são válidas.”

**PERGUNTA:** “Concordo, Secretário, quando se fala em criação de PPP. Eu pensei que já houvesse algum programa do governo bem adiantado sobre isso. Sou a favor da criação e como o senhor comentou, além de desinchar os cofres públicos, elas também darão autonomia para as empresas que queiram participar delas, acredito que dê para trabalhar em vários âmbitos das Secretarias, talvez todas as Secretarias consigam utilizar esse recurso, quando precisamos reduzir os preços, como, por exemplo, cuidar de uma praça, ou na questão do lixo pesado que pode ser transformado para fazer nivelamento e cascalhamento das ruas. Se possível preciso de mais informações da Administração a respeito disso, para que possamos adquirir um pouco mais de conhecimento e podermos ajudar a Administração Pública a levar essa bandeira para frente. Temos exemplos de outras prefeituras, como a de São Paulo, que

vem dando certo, então acho que é válido copiarmos e trabalharmos em cima disso. Obrigado pela resposta, Secretário.” **Com a palavra o Ver. Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van):** “Cumprimento a todos os vereadores aqui presentes, o público, o Secretário Itamar. Quero cumprimentar e parabenizar pelo seu trabalho e toda equipe. Secretário, aqui no item 8, que diz respeito a Suzano mais Mobilidade, eu participei de algumas emendas do PPA e das plenárias deliberativas, e mencionamos muito a questão da acessibilidade em Suzano, para os deficientes físicos. Nós pedimos, acompanhamos, acho que até implantou, só que não estou vendo aqui, eu gostaria de saber, aqui no item oito mil, está aqui projeto zero, eu gostaria de saber se o PPA, inclui projetos de acessibilidade para pessoas com deficiência física? Porque para os deficientes cadeirantes, por exemplo, tem uma dificuldade enorme para se locomover em Suzano. Tem a questão das calçadas, tem a questão do comércio e dos condomínios que constroem, mas ao redor não dão acessibilidade aos deficientes. A procura deles é muito grande em meu gabinete.” **RESPOSTA:** “Boa tarde, novamente, Vereador Rogério. Estou procurando aqui, você mencionou o item oito mil? Suzano Mais Mobilidade? O que eu quero passar para você, conforme já comentei, o PPA é um plano maior, dentro dele há vários subitens e dentro destes há itens ainda menores. E normalmente essas questões, que os vereadores trazem, estão dentro desses subitens. Voltando ao assunto de acessibilidade, que é uma discussão recente, os próprios públicos têm dificuldade de mobilidade. Estava vendo com o Ademilson uma demanda de São Paulo. O que fizemos, eu, particularmente, faço? As placas, os cavaletes, que ficam no meio da rua, paro, retiro, converso com o dono, peço para retirar, porque a questão da acessibilidade nunca foi vista como uma necessidade. Somente quem precisa, dá valor à acessibilidade. Você tem vários próprios públicos, várias situações com essa deficiência de atender à questão da acessibilidade. Não vou discutir o item todo com você, porque o fiz pelo planejamento todo, mas temos que reconstruir a cultura da acessibilidade. Recentemente, discutimos a questão, pois na inauguração da CPTM fizeram uma linha, para as pessoas com deficiência visual, que parava num poste.” **Vereador Rogério da Van:** “Desculpe-me interrompê-lo, mas a questão da CPTM, por incrível que pareça está na lei, porque para o deficiente visual há aquele traçado e ele chega ali há um ponto que indica se ele vai para a esquerda ou para a direita. Se na esquerda não tiver nada, ele vai para a direita e lá na frente encontra novamente.” **SECRETÁRIO:** “Obrigado pela informação. Porque eu achei ali bem complicado. As novas construções, os próprios já estão sendo feitos em conformidade com a questão da acessibilidade. Vou voltar à questão de a Suzano que temos. Se começarmos a falar sobre as calçadas, passaremos uma semana discutindo. De quem é a responsabilidade da manutenção das calçadas, do município ou do morador? É do morador, só que quando ele não cuida, a Prefeitura tem de fiscalizar e cobrar que ele faça o correto. Temos calçadas intransitáveis. E essa demanda vai acontecer de agora em diante em vários lugares que são necessários. Se você pensar na própria Prefeitura de

Suzano, ela só tem um elevador. Este teve problema de manutenção, e um cadeirante precisou ser levado até o andar de cima. Teria de ter outro elevador para dar acessibilidade. Tenho de fazer o dever de casa para trazer essa demanda. Estamos numa casa recentemente inaugurada, do projeto à época para um mais moderno, como acessibilidade, teríamos alguns itens a serem corrigidos. É uma demanda que poderemos construir daqui para frente. No transporte, conseguimos ter ações mais imediatas, é mais fácil de ser feita, mas na construção civil nos novos projetos e as adaptações a serem feitas são mais demoradas. Inclusive, na Biblioteca do Moriconi estamos fazendo um elevador para as pessoas terem acesso na parte superior. Então, você vai observar que isso acontece em vários pontos.” O Senhor Presidente passou a palavra ao público presente e perguntou ao Dr. Douglas Martins se havia alguém inscrito para questionamentos. **Pergunta do munícipe Elcy Ribeiro:** “Boa tarde a todos, e a todas, boa tarde senhor presidente, senhor Secretário, a todos os vereadores, e a todos presentes nessa Casa de Leis. Secretário, farei duas ou três perguntas e eu quero que você deixe bem claro para nós, a população de Suzano, se vocês, neste governo, têm algum projeto de construção de alguma creche para o município? Se acaso tem esse projeto, vão começar e terminar a construção sem deixá-la na metade? O prefeito passado não terminou a construção de um posto de saúde no Jardim Suzanópolis, e quero endossar a fala do vereador Rogério da Van, se vocês têm algum projeto para fazer as calçadas do município, para rebaixamento em todas as calçadas para que os deficientes possam circular pelo município? Outra questão que quero fazer é se vocês têm algum projeto para a área da saúde, para comprar remédios para a população da cidade, pois nos postos de saúde faltam remédios? Vocês têm algum projeto para contratar médicos para os postos, pronto-socorro, Santa Casa, qual é o projeto que há para a UTI da Santa Casa, pois não está funcionando? Obrigado. Boa tarde.” **RESPOSTA:** “Boa tarde munícipe Eucy. Seguindo a sequência das perguntas, deixo disponível para você uma cópia do PPA. Conforme já comentei, inicialmente, quando se fala em projeto das creches seria no projeto Todos pela Educação, que nele contempla as creches, temos cinco delas em negociação com o Governo Federal, em que para o próximo orçamento já está prevendo a questão das contrapartidas, porque ter creche é uma coisa, ter contrapartida é outra e ter o custeio é outra. Toda vez que pensar nessa projeção temos de pensar como um todo, pois a construção é o mais fácil. Na questão da creche, concluímos a creche da Casa Branca, que estava parada por muito tempo, mas conseguimos colocá-la para funcionar, e com isso a população da Casa Branca foi atendida. Agora estamos dando foco na construção da creche do Miguel Badra, que também ficou parada por muito tempo e agora os trabalhos estão sendo retomados. Quando se fala em creche, em obra elas levam um, dois ou até três anos para serem executadas. Na verdade tem de se fazer a execução do contrato. Isso está inserido no PPA. Na questão da deficiência física e a questão dos rebaixamentos das calçadas, isso tudo está dentro do Planejamento Urbano. Porque hoje há o rebaixamento da calçada para a entrada de veículos, já o

rebaixamento nas esquinas visa a acessibilidade, e isso ocorre basicamente na região central da cidade, porém quem precisa desse recurso pode estar localizado lá no Miguel Badra, ou no Colorado, ou na Vila Amorim, realmente tem de ser de acordo com as demandas, quando se fala na questão da acessibilidade. Na questão da Saúde, eu tive a oportunidade de responder a uma pergunta na plenária do segundo quadrimestre, não era minha pauta, era da Saúde, mas acabei respondendo. Hoje, a questão dos medicamentos no município de Suzano, se não me falha a memória, está bem equalizada. Sempre haverá as demandas, pois elas são sempre maiores que a capacidade de se ter, mas acredito que estejam bem equalizadas. Sobre os médicos nos Postos de Saúde, tivemos a oportunidade de abrir um edital para a contratação de médicos. Hoje a maioria dos médicos não quer vir trabalhar na área pública, por causa do regime a ser seguido, dos horários. Então o desenho de contratação de médicos é algo que será discutido em breve, na esfera Estadual e Federal, de como se contrata um médico para a área pública. Porque contratar um médico que conste na folha da Prefeitura e ele não poder possuir sua própria clínica ou outra fonte de renda fica difícil você ter um profissional qualificado no custo que uma Prefeitura pode pagar. Várias prefeituras, por exemplo, tenho falado com nosso vizinho de Mogi das Cruzes, tem feito vários postos, mas estão com dificuldades extremas de encontrar médicos. Mesmo com concurso aberto, mesmo com vaga aberta, o médico não vem. E Mogi é um polo de profissionais da Saúde. Lá eles têm dificuldade de atrair médicos para dentro da estrutura municipal. E Suzano não é diferente. Pelo salário proposto pelas cidades, muitos médicos declinam dessa situação. Estamos há oito meses de governo, e a demanda represada é muito grande. Em qualquer assunto que viermos a discutir, seja saúde, educação, mobilidade, urbanismo, plano diretor, em qualquer item que formos falar, poda de árvore um item simples, e agora é época do verão e árvore já tem que se pensar, e o que estamos fazendo? Esses itens sempre foram desconsiderados. E a demanda que temos para por a casa em ordem é grande, mas estamos buscando fazer de maneira correta. Até respondendo ao munícipe Eucy, estamos montando dentro da Prefeitura uma Central de Compras. Disse ao Vereador Lisandro, numa audiência anterior, que as compras eram descentralizadas, cada Secretaria fazia suas compras, e hoje será centralizado, você ganha em qualidade de compra. O profissional que fazia compra na Secretaria, hoje ele está locado na Secretaria fisicamente, porém agora é o mesmo grupo para falar a mesma língua e agir da mesma forma e o mesmo procedimento. Por meio de gestão, vamos conseguir apresentar um resultado melhor para os munícipes.” O presidente agradeceu o munícipe Eucy, a Solange, o ex-vereador Fadul, que se encontrava no plenário, agradeceu a presença de todos. Não havendo mais munícipes, nem vereadores para fazerem questionamentos, passou a palavra o Secretário para suas considerações finais. **Secretário Itamar Viana:** “Presidente Izaqueu, em seu nome gostaria de agradecer por mais uma oportunidade de falar aqui, de ser questionado nesta Casa de Leis. Digo novamente, que me sinto muito à vontade para ouvir as perguntas, não vou me

furtar de respondê-las. Como faço parte de planejamento e finanças há realmente vários assuntos que passam pela minha pasta e eu tenho o conhecimento básico de cada informação. A equipe de governo está ali e gostaria de esclarecer que o PPA foi construído por meio da Secretaria de Governo, que trouxe o PPA popular, o que traz da população para dentro da Prefeitura, eu fui o responsável pelo PPA técnico, ou seja, as informações financeiras, o que poderíamos fazer em conjunto. Este aqui é um trabalho feito por várias mãos, por várias plenárias, por várias discussões, pela disponibilidade de todos os Secretários, das 14h até 18h, de alguns vereadores, que participaram e viram a questão da participação popular. Eu gostaria de agradecer e apresentar que tudo isso está fundamentado na Lei, mas acima de tudo isso é um ato cívico. Gostaria de agradecer a participação da minha equipe de planejamento e finanças, pessoal da Receita, o Ademilson, Diretor da Receita Tributária. Agradeço a presença da imprensa, que está sempre junto conosco. Agradeço novamente a oportunidade de falar nesta Casa de Leis.”

**O Senhor Presidente:** “Agradeço a Vossa Excelência por ser sempre muito bem educado, ser paciente em nos detalhar todos os pontos. Agradeço o Secretário Itamar, o Ademilson, a sua equipe, os munícipes presentes, a imprensa, em nome do jornalista do jornal OI, Braz, os funcionários da Câmara Municipal. Quero dizer que foi muito bom participarmos dessas audiências públicas. Estamos sempre às ordens, e quero dizer que o PPA é uma direção para os próximos quatro anos, e que ano que vem já começaremos a trabalhar com ele. Obrigado! Não havendo mais nada a ser lido, nem vereadores inscritos, em nome de Deus e da Pátria eu dou por encerrada essa audiência pública.”

O Senhor Presidente, às 15h40, encerra a Décima Audiência Pública. Compareceram a esta audiência, os Vereadores: Antonio Rafael Morgado - Prof. Toninho Morgado(PDT); Carlos José da Silva - Carlão da Limpeza(PSDB); Edirlei Junio Reis - Prof. Edirlei(PSD), Joaquim Antonio da Rosa Neto – PR (Joaquim Rosa); José Carlos de Souza Nascimento – PTB (Zé Pirueiro), José Izaqueu Rangel – Zaqueu(PSDB), Leandro Alves de Faria – PR (Leandrinho); Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS); Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB); Ver<sup>a</sup>. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul(PSD) e Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van). Acompanhamento da sessão: diretor legislativo, Douglas Francisco Martins da Silva; diretora de comunicação, Vivian Turcato e taquígrafa, Rosinéia de Agostini Pacheco.

**Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 4 de outubro de 2017**

**VER. JOSÉ IZAQUEU RANGEL – ZAQUEU(PSDB)**  
**Presidente**

**Ver. Antonio Rafael Morgado -PDT**  
**(Prof. Toninho Morgado)**  
**1º Secretário**

**Ver. Max Eleno Benedito – PRP**  
**(Max do Futebol)**  
**2º Secretário**

